

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA EXPANSÃO DO PORTUGUÊS NA C.E.:

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ENSINO UNIVERSITÁRIO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

*“A filosofia é a consciência da realidade,
como a gramática é a consciência da língua.*

(Vergílio Ferreira)

Qualquer estratégia no sentido de fomentar a desejável expansão da língua portuguesa nos países da Comunidade Europeia¹ deverá ter como prioridade o incremento e melhor adequação do seu ensino nas Universidades. É essa a principal aposta a fazer, aproveitando e alargando o que já vem sendo feito.

Na argumentação a aduzir em apoio desta posição destacarei, em primeiro lugar, o efeito multiplicador decorrente da valorização do ensino do Português nas Universidades: é pelo aumento do número de estudantes universitários de Português que mais hipóteses haverá de provocar o aumento do número e da qualidade, em cada país da Comunidade, dos futuros professores de Português nos vários níveis de ensino. Sem que isto implique regredir a um passado, já superado, em que o ensino do Português na Europa estava confinado às Universidades, é necessário ter presente que alargar e melhorar o ensino universitário do Português constitui a forma mais directa de fomentar, em cada país da C. E., a expansão e enriquecimento desse ensino a níveis não universitários e em instituições não universitárias. Não se trata, pois, de privilegiar o espaço universitário em detrimento de outros espaços e níveis de ensino mas, pelo contrário, de investir nele como meio de irradiação e diversificação.

É assinalável também, por outro lado, a vantagem de explorar como motivação para o estudo do Português o interesse científico-cultural pelo estudo da língua que constitui (ou deve constituir) a marca específica do ensino-aprendizagem de uma língua a nível universitário. A acrescentar às motivações que costumam ser apontadas como susceptíveis de despertar o interesse de um estudante universitário europeu pelo estudo do Português, deve ser suscitado um tipo de interesse especificamente universitário: o interesse de ordem científica em que o estudo de mais uma língua estrangeira se integra no quadro amplo de uma especialização universitária em áreas como Linguística, Literatura e Cultura, por exemplo, se nos situarmos predominantemente no âmbito das Faculdades de Letras/ Ciências Humanas.

O ensino do Português nas Universidades institui-se, assim, como um pólo de irradiação e de multiplicação, um espaço que seria desastroso desperdiçar ou utilizar mal dado o seu papel fundamental na expansão da língua portuguesa na Europa.

¹ Este texto constituiu a base de uma intervenção feita no Colóquio “O ensino do Português nos países da C. E.” que decorreu no Luxemburgo entre 18 e 20 de Junho de 1992.

O desenvolvimento dos tópicos propostos enquadra-se numa reflexão geral sobre o estatuto do ensino de línguas estrangeiras na Universidade, nomeadamente nas Faculdades de Letras ou Ciências Humanas. Estou longe de considerar o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras como uma prioridade ou uma vocação do ensino universitário. Sentir-me-ia, até, mais tentada a defender a posição contrária: o que cabe à Universidade, muito mais especificamente do que ensinar línguas, é reflectir sobre as línguas, sobre a sua descrição e o seu ensino-aprendizagem, de um ponto de vista teórico, em estreita ligação com a investigação sobre a língua, a literatura e a cultura. Há, sem dúvida, alguma incompatibilidade entre os objectivos práticos do ensino de línguas e os objectivos específicos da instituição universitária. No entanto, tendo que coadunar a sua vocação constitutiva e indiscutível para a investigação com uma necessária função social de formação profissional, a Universidade precisa de assumir o ensino de línguas estrangeiras como parte integrante dos curricula nela ministrados.

Se é de aceitar, nesta conformidade, a inevitabilidade da permanência do ensino de línguas como tarefa da Universidade, já não me parece poder ser aceitável, ou sequer tolerável, que esse ensino continue a ser marcado pela inespecificidade, falta de qualidade e ineficácia que, em geral, o tem caracterizado. Uma situação pela qual não podem ser predominantemente responsabilizados os agentes de ensino — os “leitores” — já que ela resulta essencialmente do facto já apontado: a inadaptação da instituição universitária a um ensino que se vê obrigada a fazer mas para que se não sente vocacionada.

Coabitando, na Universidade, com a investigação linguística, cultural e literária, o ensino de línguas não pode deixar de sofrer o seu influxo. Mas isso não significa que deva transformar-se num ensino em segunda via (para não dizer “em segunda mão”) de Linguística, de Cultura ou de Literatura. O ensino de línguas na Universidade tem que estar em consonância (de objectivos e exigências) com as matérias especificamente universitárias com que coexiste no curriculum, sem, no entanto, se tornar numa repetição delas de segunda ordem.

Não é tão pouco decisivo, por si só, o esforço de modernização de métodos e de meios técnicos de ensino. Sendo indispensável, essa inovação técnica não é suficiente. O ensino de línguas na Universidade não pode ser do mesmo tipo daquele que se faz fora dela, por muito que se reconheça a eficácia deste. A sua especificidade obriga-o a não poder cifrar-se à obtenção de uma boa capacidade de comunicar em língua estrangeira, a ir mais além dessa etapa (ir mais além passando por ela e não saltando por cima dela, nunca é demais sublinhar).

A uma concepção tecnicista e utilitária do que é aprender línguas, a Universidade tem que contrapor uma concepção que, informada do conhecimento profundo do que é uma língua, não a identifica com um mero instrumento de comunicação e a sabe inseparável da criatividade cognitiva, da consciência cultural, da formação integral de um indivíduo.

Aprender línguas é, nessa perspectiva, aprender inerentemente cultura e literatura. Mas atenção: não se trata de reactivar uma concepção, ultrapassada, em que o estudo da literatura e da cultura era feito, na Universidade, em vez do ensino da língua. Durante muito tempo, com efeito, entendeu-se a especificidade universitária do ensino de línguas como essencialmente decorrente do cunho predominantemente literário que se lhe imprimia. O texto literário dominava quase exclusivamente nas aulas de língua, não só como suporte do ensino da história literária mas também como suporte temático, documental. Uma situação favorecida e excessivamente prolongada pelo facto de, em geral, não ser exigida aos “leitores” uma formação específica no âmbito da Linguística e da Didáctica de Línguas, o que os fazia, naturalmente, valorizar mais a função de divulgadores da literatura e cultura do seu país.

Entenda-se: ao fazer esta crítica, não estou a afirmar que os “leitores” não devam assumir a função de divulgar no estrangeiro a literatura e cultura do seu país; afirmo apenas que não têm só essa função e, sobretudo, que não podem desempenhá-la de qualquer maneira. Detentores de uma formação universitária, integrados numa instituição universitária, têm que pautar a sua actuação docente pelas exigências de cientificidade e consciência teórica que constituem a marca da Universidade.

VARIA

Nem apenas "técnico" de ensino de línguas nem apenas divulgador da cultura e literatura do seu país, o "leitor" tem que saber ligar essas duas funções sob a égide de um conhecimento aprofundado da natureza e funcionamento da língua. Natureza e funcionamento de que fazem parte integrante as manifestações literárias e as representações culturais. Daí que, para além de assumir o ensino da língua como meio de acesso ao conhecimento da literatura se deve assumir também o estudo do texto literário como meio de acesso ao conhecimento da língua, a uma percepção e aquisição das suas características próprias. O lugar que é devido ao texto literário na aula de língua está algures entre a sua presença abusiva e inespecífica nos métodos "antigos" e a sua ausência total nos métodos "modernos"... Mas muito mais do que quantificar essa presença, o importante é qualificá-la, consagrando a ligação inseparável entre a consciência linguística e consciência literária que deve ser apanágio de um estudante de línguas universitário.

Sendo eu linguista, não se estranhará que refira, em posição de destaque, a necessidade de fomentar, no ensino universitário de línguas, o interesse científico pelo estudo da língua. Ligar a aquisição de uma nova língua estrangeira a um aprofundamento da reflexão sobre a natureza, o funcionamento e a história das línguas, é algo que enriquece as perspectivas de aprendizagem de um aluno universitário. A capacidade de reflexão metalinguística não é, como à primeira vista pode julgar-se, independente da visão cultural, da percepção da alteridade cultural. A própria estrutura gramatical da línguas encerra as marcas de peculiaridades que caracterizam o povo que a cria e fala — que a cria ao falá-la —, que o caracterizam tanto ou mais especificamente do que outros traços mais superficiais que é costume apontar em visões estereotipadas das características de cada povo.

No contexto da argumentação desenvolvida, poderemos, em conclusão, destacar como objectivos do ensino do Português nas Universidades europeias:

- fomentar, em cada país da C.E., a formação de professores de Português da própria nacionalidade que possam assegurar, no ensino secundário e na universidade, um ensino do Português com garantias de continuidade e expansão;

- contribuir para a criação de um interesse pelo estudo da língua portuguesa que suscite a formação de especialistas em Português a nível de pós-graduação: é facto bem conhecido e comprovado que a existência, para além dos leitores, de um professor titular de Português numa universidade confere ao ensino da nossa língua que aí se pratica um estatuto mais prestigiado, mais permanente e mais eficaz;

- despertar o interesse dos estudantes por um conhecimento da língua não apenas utilitário, mas também e sobretudo enriquecido por uma reflexão teórica sobre as dimensões linguística, cultural e literária que lhes dá acesso à cultura e literatura portuguesas no âmbito de uma reflexão geral sobre a linguagem e seu funcionamento.

Estes objectivos, enunciados separadamente, podem resumir-se ao que, atrás, referi como sendo a desejável função do ensino do português nas universidades europeias como pólo de irradiação e de multiplicação do conhecimento da nossa língua na Europa. Um papel que o ensino universitário da língua portuguesa no estrangeiro estará tanto mais em condições de cumprir quanto mais investir na qualidade científica, na reflexão teórica, na ligação entre a língua e a cultura, na inseparabilidade entre a língua e a literatura.

Sempre a partir da língua e da sua especificidade, não será demais sublinhar. Tomar consciência das peculiaridades da estrutura gramatical de uma língua estrangeira pode constituir, sobretudo quando se trata de alunos adultos, um factor de motivação que não pode ser descurado. Nas estratégias pedagógicas conducentes a despertar o interesse pelo objecto de estudo, o ensino de línguas estrangeiras aposta na curiosidade suscitada pela diferença, pela alteridade, pela "estranheza" em relação a outra cultura, a outros hábitos, a outros lugares. Porque não também a outras formas de funcionamento gramatical? O recorte peculiar que uma língua faz do real está presente a todos os níveis, desde a sua estrutura formal ao seu funcionamento pragmático passando pela forma de articulação entre eles. E se a especificidade de uma língua é um aspecto fundamental e constitutivo da identidade cultural de uma

FERNANDA IRENE FONSECA

comunidade, sensibilizar os alunos às peculiaridades formais da língua estrangeira que aprendem pode constituir um primeiro degrau da sua sensibilização a uma realidade cultural diferente, uma forma de despertar o seu interesse pela cultura específica de um povo que, como é sabido, se imprime na sua língua e com ela cresce e se expande: "[...] a gramática é a consciência da língua", diz-nos, na citação que escolhi como epígrafe, um grande escritor da língua portuguesa, alguém com a autoridade que lhe advém de conhecer a língua pelo lado de dentro, lá onde ela é trabalhada e criada, lá onde atinge a sua plenitude funcional, lá onde se vai cristalizando a sua consciência — a sua gramática.

Fernanda Irene Fonseca